

AO COMEMORAR O SEU 2.º ANIVERSÁRIO

Universidade Autónoma prepara constituição de sociedade comercial

Pedro Camacho

A mais recente das universidades privadas que resultaram do desdobraimento da Universidade Livre, estão, por esta altura, a celebrar o seus dois primeiros anos de existência.

A Universidade Autónoma de Lisboa - Luiz de Camões (U.A.L.) é uma destas jovens universidades. Considerando-a «uma experiência que valeu a pena e que se apresenta com grandes possibilidades para o futuro», o reitor desta universidade, Justino Mendes de Almeida, afirmou-nos que a U.A.L., sendo uma «instituição que nasceu já muito grande», seria, dentro de poucos anos, «a primeira universidade privada».

A par deste optimismo, vimos também confirmada a informação de que dispúnhamos: a direcção da cooperativa, proprietária da Universidade, prepara-se para criar uma sociedade comercial que será a futura credora daquela escola superior, e cujos sócios serão os próprios dirigentes da cooperativa...

O estatuto do ensino particular cooperativo é um diploma que se espera para breve. Começamos por perguntar quais os pontos da aquele projecto, que o reitor de uma universidade privada considera merecedoras de especial referência.

«Temos insistido - disse-nos Justino Mendes de Almeida - junto do Ministério da Educação, para a publicação do estatuto do ensino particular e cooperativo. Sem esse estatuto é muito difícil a vida das universidades estabilizar. Há princípios essenciais que não constam de qualquer legislação e nós carecemos, realmente, de uma lei fundamental.

«Devo-lhe dizer que o estatuto me parece muito bem feito, embora não mereça a nossa total concordância.

«Um dos pontos em que o Ministério faz grande questão, e com alguma razão, é que as universidades privadas devam constituir o seu corpo docente próprio. Mas não nos dão tempo para o constituir. Para tal são necessários prazos da ordem dos oito anos, e não com os nossos actuais dois anos de existência.»

«Tempo» - Acha errada a inserção de uma cláusula que vise a protecção dos quadros docentes das universidades públicas?

J.M.A. - Os professores das universidades públicas fazem lá falta. Mas, se não nos socorrerem desses professores, de quem nos podemos socorrer?

A legislação que foi publicada pelo Ministério, e posteriormente pela Assembleia da República, é uma legislação que eu

já classifiquei de «estirpante» para as nossas universidades.

Exigem que nós tenhamos um corpo docente próprio, não autorizando, senão em prazos muito dilatados, que nós possamos fazer cursos de mestrado e doutoramentos. Ora bem, sem esses mestrados, e sem doutoramentos, nós não podemos ter um corpo docente próprio.

Por outro lado, a legislação do Ministério, bem feita, de um modo geral, mas com alguns pontos muito delicados para a nossa vida de universidades privadas, exige que em cada departamento exista um mínimo de cinco professores doutorados. Ora, isto é muito difícil. Repare, por exemplo, nos cursos

de Direito; o número de professores doutorados existentes não chega para todas as universidades públicas e privadas.

Parece-me que devem existir em cada departamento, sempre que possível, professores doutorados. Não sendo isso possível, pessoas que possam ser responsabilizadas e que, pelo seu currículo, possam substituir o lugar desses professores.

«Tempo» - Cre que o corpo docente da U.A.L. já corresponde às exigências de uma universidade?

J.M.A. - Creto que sim. A grande maioria dos professores tem a sua experiência pedagógica em universidades estatais e privadas. Nunca a Universidade teve um corpo docente tão empenhado como o que tem hoje.

«Tempo» - Quais os motivos para a saída de António Varela e Franco Nogueira, em Julho do ano passado?

J.M.A. - Foi um conflito meramente interno, e eu não gostava de estar a apontar as razões de um lado e outro. São professores altamente competentes, que fizeram falta à Universidade e cuja substituição não foi fácil, e eles terão efectivamente as suas razões.

Devo dizer-lhe, tanto quanto sei, que não foram problemas de ordem pedagógica, mas sim administrativa, que estiveram na origem da demissão desses dois professores. São problemas quase inevitáveis nas jovens instituições em crescimento.

As promessas de um reitor

«Tempo» - A U.A.L. é uma universidade com uma dimensão já muito considerável, mas que quer crescer ainda mais. Com seis departamentos (Direito, História, Línguas e Literaturas Modernas, Económicas, Gestão e Matemática Aplicada), com duzentos e quarenta professores e três mil e duzentos alunos, prepara-se para abrir novos departamentos.

J.M.A. - A Universidade prepara-se para abrir quatro novos departamentos: Informática, Engenharia, Sociologia e Extensão Médica.

«Tempo» - Acha que a Universidade tem estruturas para pôr a funcionar convenientemente esses novos departamentos?

J.M.A. - A criação dos departamentos não implica o funcionamento imediato dos cursos. Estes só funcionarão quando tivermos um corpo docente suficiente e estruturas para tal.

«Tempo» - Se considerarmos que faltam estruturas básicas à Universidade, como salas de aula, uma biblioteca ou até uma sala de convívio para os alunos, acha correcto criar mais encargos com a criação desses departamentos?

J.M.A. - Esse era o ponto em que o embaixador Franco Nogueira não estava de acordo com a maioria da Direcção, que se inclinava para a criação de novos departamentos. E eu, devo dizer, não vejo contradição, sendo aparente, entre a criação desses departamentos e as carências de que me falou.

O número de salas disponíveis cresceu muito desde o ano passado, e continua a crescer. O problema das salas está resolvido. Não totalmente, mas satis-

fatoriamente.

A biblioteca não é embaraçada pela criação dos departamentos. Já está feita, só falta limpar e instalar. Em Janeiro fica já a funcionar.

Quanto à zona de convívio, a Direcção prevê a sua instalação em finais de Janeiro, nas instalações actualmente ocupadas pela Agência Magno, e que nos serão entregues no dia quinze deste mês.

«Tempo» - Uma universidade, para criar a sua própria escola, precisa, não só do corpo docente próprio, mas também de centros de investigação. Para quando o seu funcionamento?

J.M.A. - Essa questão foi discutida no último Conselho Científico e Pedagógico, mas foi um ponto que ficou adiado para a próxima reunião desse órgão. Alguns centros estão já criados, outros aguardam apresentação de propostas. De qualquer modo, temos alguns problemas de instalação.

«Tempo» - E quanto aos anos de formação pedagógica? Entrarão em funcionamento a tempo de serem aproveitados pelos alunos que terminam o seu curso este ano?

J.M.A. - Logo que o «Diário da República» publicou as reformas das Faculdades de Letras do País, nós estudámos imediatamente a sua aplicação aos departamentos de História e Línguas e Literaturas Modernas. Vai ser enviado na próxima semana ao Ministério a nossa proposta, e os cursos entrarão em vigor assim que o ministro der autorização.

Os anos de formação pedagógica têm de entrar em funcionamento já neste ano, porque os nossos alunos não podem ser prejudicados face aos das universidades públicas.

Existe, portanto, uma contradição aparente entre as carências sentidas e a criação de novos departamentos. Estes são uma resposta que queremos dar ao Ministério, e à sociedade, quando afirmam que as universidades privadas se contentam com cursos de lápis e papel.

Relatório educativa
Univ. Autónoma

«Não há sequer semelhança com a Sogilivre»

«Tempo» - E a Universidade tem capacidade financeira para realizar todos esses projectos?

J.M.A. - Devo começar por dizer-lhe que este ano fomos fortemente penalizados pelo Ministério da Educação, e sem qualquer razão aparente. Fomos a única instituição privada de ensino superior que não foi subsidiada por aquele Ministério.

Como não temos recursos financeiros, vamos vivendo como podemos, e vamos tentar obtê-los. Para isso temos bons gestores.

«Tempo» - No entanto, segundo informações de que dispõe, celebraram recentemente um contrato com a Wang, para a aquisição de material informático, no valor de quarenta mil contos...

J.M.A. - Sim senhor, é verdade. Apostamos em força na informatização dos nossos serviços e na investigação.

«Tempo» - É verdade que se está a preparar a criação de uma sociedade comercial, por quotas, que, pagando a actual dívida da Cooperativa, se substitua aos actuais credores da Universidade? E, assim sendo, é também verdade que essa futura sociedade será composta pela totalidade dos actuais dirigentes da Cooperativa (Luís Arouca, presidente da Assembleia Geral; António Labiza, presidente da Direcção; Henrique Leoff, tesoureiro; Manuel Damásio, secretário-geral; Correia Guedes, vogal da Direcção) e por si próprio, reitor da Universidade?

J.M.A. - Quem lhe deu essa informação não estava totalmente esclarecido. Neste momento, e porque a Direcção entende ser necessário ampliar os seus fundos para poder aumentar a acção da própria Universidade, foram pensadas várias modalidades de financiamento dos encargos da Escola.

Entre elas está também incluída, como última hipótese, a constituição de uma sociedade de que a própria Cooperativa é accionista, bem assim como os sócios da Cooperativa. Os nomes que indicou são apenas os dos dirigentes da Cooperativa, mas esta sociedade estará aberta a outros cooperantes que manifestarem interesse nisso.

«Tempo» - Sem querer acordar fantasmas do passado, pergunto-lhe agora se não se estará a caminhar para uma nova Universidade Livre?

J.M.A. - Nada! Não tem nada a ver com isso! Esse foi um facto reafirmado por diversas vezes na assembleia-geral que aprovou as várias modalidades de angariação de fundos. É uma sociedade que, logo que forem pagas as dívidas da Cooperativa, se extingue.

«Tempo» - Mas, vejamos, essa é uma situação que não é fácil prever quando acontecerá...

J.M.A. - A curto prazo, a muito curto prazo.

«Tempo» - Não será isso uma maneira de criar novas estruturas paralelas, com novos encargos financeiros, cumulação de cargos, sobreposição de interesses e concentração de poderes?

J.M.A. - De forma nenhuma. O presidente da Direcção, que é o professor António dos Santos Labiza, um homem com experiências dadas, que desempenha altos lugares em funções públicas, pôs isso com muita clareza. Afirmou que não existe qualquer semelhança com o que se passou com a Sogilivre, nem de longe nem de perto. Nada.

«Tempo» - Um dos grandes receios que a generalidade das pessoas tem, em relação às cooperativas de ensino, é que estas se preocupam mais em fazer dinheiro, explorando alunos que não têm outra opção se não pagar, e escondendo-se por detrás de uma capa de cooperativismo. Está de acordo em que exista uma

fiscalização muito apertada às instituições privadas de ensino?

J.M.A. - Não poderia ser mais apertada! Temos aqui, constantemente, a fiscalização do Ministério.

«Tempo» - O que eu lhe perguntei foi se concordava com essa fiscalização...

J.M.A. - Absolutamente. Concordo inteiramente. Aliás, essa inspecção tem sido, para nós, essencialmente inspiradora.

«Tempo» - Alguns respondem especial para os críticos mais acérrimos do ensino superior?

J.M.A. - É com especial satisfação que observo que essa crítica tem vindo a crescer. Eu entendo isso como um reconhecimento de que as universidades privadas estão a cumprir a sua missão.

Queríamos, ainda, ter as melhores relações com todas as instituições de ensino superior, estatal e privado, para podermos discutir problemas que, no fundo, são problemas comuns.

*Política educativa
União Autónoma*